

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

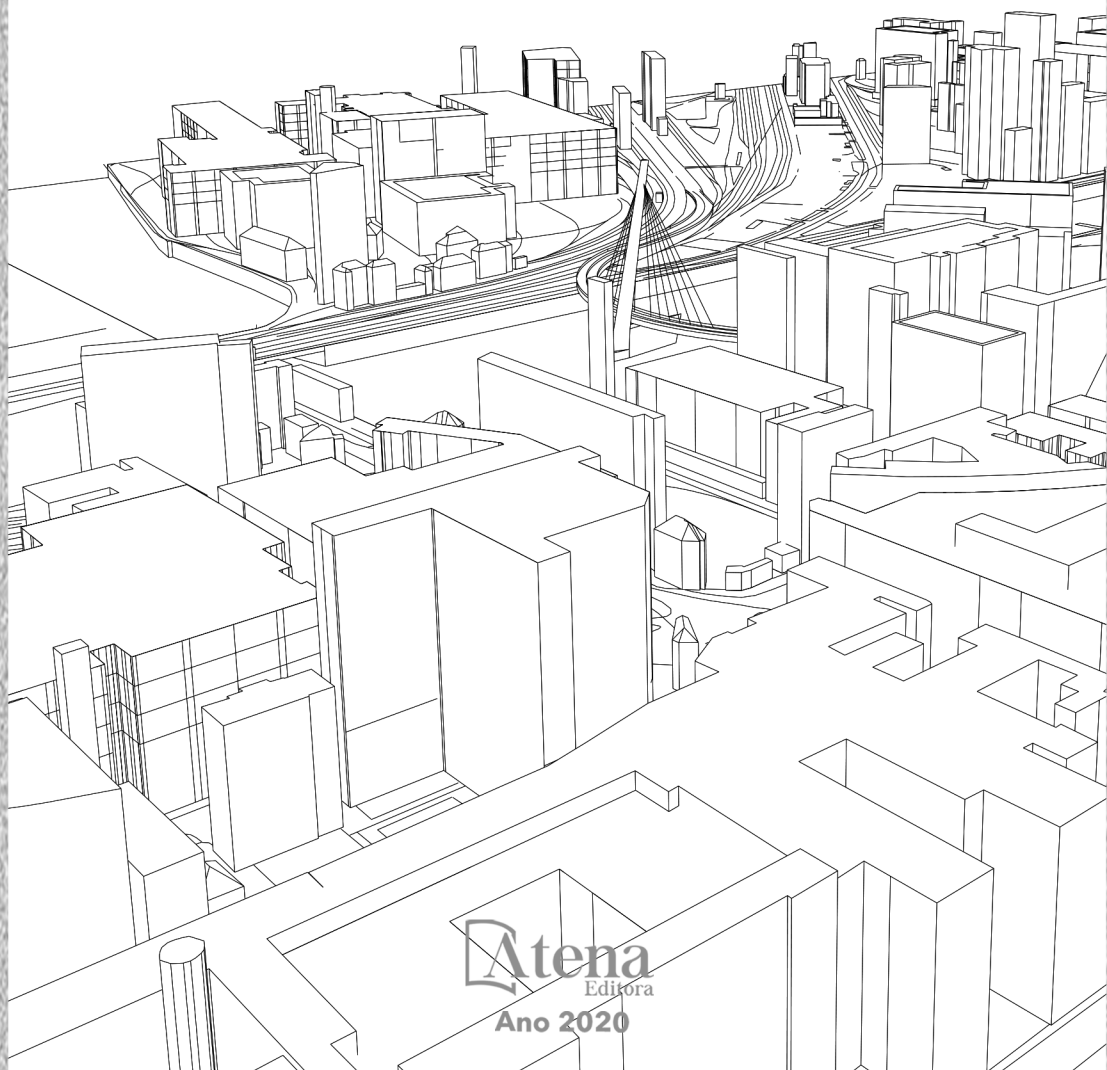
Arquitetura e Urbanismo: Soluções Precedentes e Aplicáveis a Problemas Atuais



Atena
Editora
Ano 2020

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Soluções Precedentes e Aplicáveis a Problemas Atuais



Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Arquitetura e urbanismo: soluções precedentes e aplicáveis a problemas atuais

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Jeanine Mafra Migliorini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: soluções precedentes e aplicáveis a problemas atuais / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-603-4

DOI 10.22533/at.ed.034200312

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra (Organizadora). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

A história é testemunha do tempo, deixa registros que nos ajudam a compreender o passado, o homem como agente transformador do mundo, como dizia o orador romano Cícero: a história é a ‘mestra da vida’. A arquitetura é uma forma de registro dessa história, e por isso sua preservação é imprescindível para termos as referências e construir um futuro sólido. Manter essas referências arquitetônicas na paisagem urbana nem sempre é fácil, são vários fatores que pressionam a constante renovação do espaço e suas edificações, e por isso é tão importante a discussão acerca da preservação do patrimônio edificado, seus conceitos, sua aplicação, suas técnicas. Essas discussões são apresentadas no livro, tanto teóricas quanto práticas, e nos levam à reflexão acerca desse espaço já vivido e do que faremos a seguir.

Percebendo esse passado como um referencial chegamos ao debate sobre o que fazer do presente e como chegaremos à um futuro com qualidade espacial e ambiental. Seguindo essa linha de raciocínio percebemos a relevância do estudo e aplicação de novas tecnologias na arquitetura, os textos nos mostram que já existem materiais e técnicas aplicáveis e viáveis para o uso nas edificações.

Ainda com o passado como referência chegamos ao certame sobre nossas cidades, o espaço comum, da vivência coletiva, que sofre constantes transformações e nem sempre atende a todos de forma igualitária e unânime. Percebemos uma tendência em se pensar as cidades para a escala humana, para a diversidade que nela ecoa, para ser percebida e vivida de maneira plena por todos.

Discutir arquitetura é perpassar por diferentes escalas, ambientes, sempre em busca da produção de um espaço qualitativo tanto na sua concretização quanto na sua vivência.

Boa leitura e muitas reflexões!

Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ASPECTOS CONCEITUAIS DA INTERVENÇÃO URBANA EM CENTROS HISTÓRICOS BRASILEIROS	
Sofia Maria Neves Vandenberghe	
Vânia Maria Faria Floriano de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.0342003121	
CAPÍTULO 2	18
SUSTENTABILIDADE NO PATRIMÔNIO HISTÓRICO: ESTUDO DO VIÉS SUSTENTÁVEL NAS VERTENTES ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL	
Jonas Tadeu Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.0342003122	
CAPÍTULO 3	26
REMANESCÊNCIA DE RESIDÊNCIAS HISTÓRICAS EM VÁRZEA GRANDE, MATO GROSSO	
Priscilla Tábida Silva Enoré	
DOI 10.22533/at.ed.0342003123	
CAPÍTULO 4	40
PERMANÊNCIAS E RUPTURAS NA TRAMA EDIFICADA PELA FÁBRICA TÊXTIL “NORTE ALAGOAS” NA CIDADE DE MACEIÓ-AL	
Mônica Peixoto Vianna	
Beatriz Rodrigues Simões Gomes	
Gabriela Marinho da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0342003124	
CAPÍTULO 5	53
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EM PÁTIOS FERROVIÁRIOS: REVITALIZAÇÃO E REABILITAÇÃO DA USINA DE CREOSOTAGEM EM JUIZ DE FORA	
Jonas Tadeu Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.0342003125	
CAPÍTULO 6	65
TECNOLOGIA CONSTRUTIVA INOVADORA	
Maria Inês Marques da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.0342003126	
CAPÍTULO 7	79
JARDIM VERTICAL DE FELTRO AUTOMOTIVO: UMA SOLUÇÃO SUSTENTÁVEL E ACESSÍVEL PARA ESSA ESTRATÉGIA BIOCLIMÁTICA	
Luciana Rocha Ribeiro	
Minéia Johann Scherer	
Marcelo Antonio Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.0342003127	

CAPÍTULO 8.....	94
CANTEIRO ABERTO CANTO DO URUTAU: OCUPAÇÃO E RECUPERAÇÃO PÓS-ATIVIDADE MINERADORA EM ÁGUAS DA PRATA, SÃO PAULO	
Renata do Carmo Mota Alves	
Rosana Soares Bertocco Parisi	
DOI 10.22533/at.ed.0342003128	
CAPÍTULO 9.....	110
DIREITO A CIDADE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM UM MUNICÍPIO DO OESTE DE SANTA CATARINA	
Claudio Luiz Orço	
Elizandra Iop	
Simone Comin	
DOI 10.22533/at.ed.0342003129	
CAPÍTULO 10.....	126
A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS POLÍTICAS LOCAIS ANTE A DESIGUALDADE HISTÓRICA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)	
Jasmine Andrade Sanz	
DOI 10.22533/at.ed.03420031210	
CAPÍTULO 11.....	143
SER PEDESTRE E TRANSEUNTE EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: O FLANAR NO CENTRO	
Maiany Manhães Gonçalves Neto	
Jussara Freire	
DOI 10.22533/at.ed.03420031211	
CAPÍTULO 12.....	160
ADMINISTRAÇÃO HIPERCONCENTRADA, GOVERNANÇA E OS TERRITÓRIOS METROPOLITANOS BRASILEIROS: O CASO DO RIO DE JANEIRO	
Mauro Kleiman	
DOI 10.22533/at.ed.03420031212	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	172
ÍNDICE REMISSIVO.....	173

CAPÍTULO 10

A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS POLÍTICAS LOCAIS ANTE A DESIGUALDADE HISTÓRICA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 03/09/2020

Jasmine Andrade Sanz

Instituto Federal Fluminense

Programa de Pós-Graduação da Universidade

Federal Fluminense

Campos dos Goytacazes – RJ

<http://lattes.cnpq.br/3341371139399439>

RESUMO: O presente artigo teve por base o trabalho final apresentado para a disciplina Estado e Políticas Públicas, do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas, da UFF em Campos (RJ). O objetivo foi articular a relação entre o Estado e a Sociedade Civil com meu objeto de pesquisa, qual seja, a importância dos espaços públicos na cidade de Campos dos Goytacazes. Discuto os processos econômicos que constituíram a sociedade civil campista, formando uma população marcada pela desigualdade social e alheia às decisões políticas, e a relevância dos espaços públicos como centrais para reformular o léxico das negociações e criar uma narrativa na qual todos tenham lugar de fala e sua cidadania reconhecida. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica sobre os principais ciclos econômicos pelos quais a cidade de Campos passou, associando-os aos processos políticos e sociais por eles gerados. Pretendemos contribuir para o debate do papel do Estado no desenvolvimento do município, entendido não

apenas no sentido economicista, mas como qualidade de vida e oportunidade para todos, principalmente aqueles que se encontram à margem dos processos econômicos.

PALAVRAS - CHAVE: Espaços públicos; Participação popular; Processos econômicos; Desigualdade social.

THE IMPORTANCE OF PUBLIC SPACES FOR POPULAR PARTICIPATION IN LOCAL POLICIES IN THE FACE OF HISTORICAL SOCIAL INEQUALITY IN CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)

ABSTRACT: The present article was based on the final work presented for the discipline State and Public Policies of the Post-Graduation Course in Regional Development, Environment and Public Policies, of UFF in Campos (RJ). The objective was to articulate the relationship between the State and Civil Society with my research object, which is the importance of public spaces in the city of Campos dos Goytacazes. I discuss the economic processes that constituted civil society, forming a population marked by social inequality and alienation of political decisions, and the relevance of public spaces as central to reformulate the lexicon of negotiations and create a narrative in which all people have a place of speech and their citizenship recognized. The methodology used was the bibliographic research on the main economic cycles that the city of Campos went through, associating them with the political and social processes generated by them. We intend to contribute to the debate on the role of the State in the development of the municipality, understood not only in the economic

sense, but as quality of life and opportunity for all, especially those on the fringes of economic processes.

KEYWORDS: Public spaces; Public participation; Economic processes; Social inequality.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo foi desenvolvido a partir do trabalho final da disciplina Estado e Políticas Públicas, do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas, da UFF, Campos (RJ), e posteriormente apresentado no XVIII Seminário de Integração Regional, que ocorreu no ano de 2019, na cidade de Campos dos Goytacazes (RJ).

O objetivo deste trabalho foi articular os textos discutidos em sala de aula ao meu objeto de estudo, qual seja, a importância dos espaços públicos no momento contemporâneo na cidade de Campos dos Goytacazes (SANZ, 2019). Por meio de uma breve leitura histórica dos ciclos econômicos vivenciados no município e suas relações políticas, discuto as atuais implicações sociais oriundas de tal processo e a importância que os espaços públicos exercem para a construção de uma sociedade mais participativa, justa e inclusiva.

A cidade de Campos dos Goytacazes, localizada no Norte Fluminense, possui uma tradição econômica de bastante relevância para a região e o país. Entretanto, a despeito das riquezas geradas, sua distribuição desigual, associada às práticas políticas clientelistas, formaram uma sociedade extremamente fragmentada e uma forte concentração de renda.

Após uma revisão bibliográfica para melhor compreender os ciclos econômicos pelos quais a região passou e como eles moldaram a sociedade política e civil da cidade, analisamos a centralidade dos espaços públicos na criação de uma sociedade mais equilibrada e politicamente participativa. Para tanto, buscamos fundamento na argumentação de Vera Telles (1994), a favor de uma participação cidadã na definição das prioridades do orçamento público como forma de garantir uma melhor distribuição dos recursos. Nesse sentido, os espaços públicos, definidos como “espaços que publicizam os conflitos nas práticas de negociação” (TELLES, 1994, p.50), mostram-se dotados de centralidade ao permitirem uma negociação democrática entre os diversos atores e o mapeamento de suas reivindicações.

O presente artigo foi dividido em três seções. A primeira apresenta uma breve leitura histórica sobre os processos econômicos e sua influência sobre os processos políticos e sociais da localidade, em consonância com o pensamento de Marx (*apud* CARNOY, 1988) de que a economia molda os demais processos regionais. A segunda seção aborda o atual momento econômico pelo qual passa a cidade e a importância dos espaços públicos nesse contexto. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais da pesquisa.

2 | A ECONOMIA E A CIDADE

Campos dos Goytacazes, cidade situada no norte do estado do Rio de Janeiro, possui um passado de importância econômica e política, mas também de elevada desigualdade social. Segundo Marx (*apud* CARNOY, 1988, p.66), “o modo de produção da vida material condiciona, de forma geral, o processo de vida social, política e intelectual”. Nesse sentido, explica Carnoy (1988, p.65):

Na concepção de Marx, é impossível separar a interação humana em uma parte da sociedade da interação em outra: a consciência humana que guia e até mesmo determina essas relações individuais é o produto das condições materiais – o modo pelo qual as coisas são produzidas, distribuídas e consumidas.

Sob tais premissas, segue um breve apanhado dos processos econômicos que moldaram a urbanização, a formação da sociedade civil e política da cidade de Campos, com vistas a uma melhor compreensão da contradição existente entre as riquezas auferidas ao longo do tempo e sua efetiva distribuição entre a população local e a participação desta nos processos políticos.

2.1 A Economia Escravocrata, a Sociedade dos Barões do Açúcar e a Dominação Tradicional

De acordo com Carvalho e Silva (2004, p.47-51), no século XIX a economia de Campos dos Goytacazes se destacava pelo setor manufatureiro e açucareiro, sendo este último o foco desta pesquisa por ter exercido maior influência na construção política e na formação urbana e social do município.

No final do século XVIII e por quase todo o século XIX, Campos teve uma intensa atividade sucroalcooleira. Com o desenvolvimento da atividade industrial e a inserção de novas técnicas, os engenhos se modernizaram e se ampliaram, o que, de acordo com Oscar (*apud* PARANHOS, 2006, p.3), “influenciou na superestrutura orgânica de toda a sociedade norte fluminense”. Esse panorama propiciou o surgimento dos *barões do açúcar*, título concedido pelo Imperador como recompensa pelo serviço que essas pessoas desempenhavam para o desenvolvimento do país. Essa nova classe surge “ensejando a dominação política, econômica e social (...) e começa a se instalar em suntuosas mansões” (PARANHOS, 2006, p.4). Em paralelo, inicia-se na cidade um sistema político *clientelista*, baseado no poder que os barões, donos de latifúndios escravocratas, exerciam sobre uma maioria despossuída.

Compunham os engenhos e as usinas a “casa grande, a senzala, as instalações acessórias, como as oficinas e estrebarias, a capela, os canaviais, as pastagens e as culturas de subsistência” (PARANHOS, 2006, p.1), destacando-se que “cada usina era uma ilha dentro do município. Tinha suas regras, seus domínios, seus festejos do padroeiro e por consequência adquiria hábitos e tradições próprias. A usina era o centro em torno do

qual girava o trabalho, a família, o progresso, o futuro” (PEREIRA PINTO *apud* GANTOS; SOUZA FRANCISCO, s/p). Os engenhos e adjacências eram verdadeiras comunidades, cujos proprietários detinham domínio sobre toda a área. Segundo Gantos e Souza Francisco (2006, s/p):

(...) Os usineiros não eram apenas os proprietários das centrais industriais -e de toda a produção destas- que tinham nas mãos o poder de fornecer emprego às comunidades vizinhas; mas, antes de tudo, eram donos das próprias terras em que estas comunidades encontravam-se assentadas bem como o comércio local, postos de saúde, áreas de lazer etc. A posse da terra onde estava instalada a indústria sucroalcooleira e suas adjacências era algo tão marcante que a própria comunidade, vila ou distrito possuía o nome da usina.

Além das materialidades contidas nos limites de seus territórios, os barões também detinham controle sobre os processos imateriais, moldando a vida das pessoas que lá moravam. Gantos e Souza Francisco destacam, por exemplo, o estabelecimento do calendário dos dias festivos e a influência nas formas de sociabilidade que ocorriam nas comunidades próximas às usinas (2006, s/p).

Em 1835, a Vila de São Salvador de Campos foi elevada para a categoria de Cidade e rebatizada de Campos dos Goytacazes. O processo de urbanização foi impulsionado, ganhando a área central novos equipamentos, como “bancos, companhias de seguro, companhias de navegação; construíram-se vias férreas; instalaram-se esgotos, água corrente e iluminação elétrica” (FARIA, 2008, p.41). Na área urbana houve obras de grande porte, “a maioria utilizando a tecnologia com participação do capital inglês. Pântanos eram saneados, praças foram niveladas, abriram-se novas ruas e, doravante, surgiram as primeiras pavimentações em pedra de granito” (FARIA, 2008, p.41). Mesmo com tais modernizações, “a estrutura urbana do espaço campista sempre esteve estreitamente relacionada à economia agrária sucroalcooleira” (FREITAS, 2011, p.57).

Dessa forma, modificou-se o cenário, mas permaneceram intactas as antigas relações de dominação e estruturas de poder, nas quais os grupos mais abastados orientavam o direcionamento das modernizações. Os locais afastados do centro, para os quais as famílias de menor condição de renda se orientavam, não recebeu a mesma atenção. Faria destaca as deficiências acentuadas pelo crescimento da malha urbana: “insalubridade, vários terrenos localizados em áreas pantanosas e péssimas condições das moradias da camada pobre – simbolizadas pelos cortiços” (*apud* FREITAS, 2011, p.58).

Em 1870, por meio de uma fusão de capital público e privado, os engenhos adquiriram novos equipamentos, possibilitando maior produção e o surgimento de usinas e engenhos centrais. Dependentes de capital estrangeiro (inglês) e de subsídios públicos, os novos engenhos seguiam certas diretrizes estabelecidas pelos investidores, entre elas “a proibição de ser utilizado trabalho escravo nas atividades fabris” (OSCAR *apud* PARANHOS, 2006, p.6). A partir de então a atividade sucroalcooleira busca se dissociar da

mão de obra escrava, em um processo que, de acordo com Paranhos (2006, p.6):

Incrementa algumas levas de imigrantes para o norte fluminense, fazendo com que a população cativa gradativamente perca sua característica e seja absorvida em atividades pouco ou nada produtivas gerando questões sociais das mais delicadas e que se arrastam pelo Brasil afora até hoje como a falta de oportunidade de emprego e habitação decente.

Inicia-se um processo de marginalização, abandono e exclusão de parte da população, cujas consequências perduram até os dias atuais. Vale salientar que no final do século XIX “a região de Campos dos Goytacazes concentrava o maior contingente de escravos da província do Rio de Janeiro: 60% da população era escrava” (HENRIQUES *apud* SANZ, 2017, p.28).

A origem da sociedade campista é marcada pela segregação social, a qual se materializa no solo, provocando um processo de construção desigual da cidade, em que parcela da população se vê à margem dos serviços e equipamentos urbanos. Castells (*apud* SANZ, 2017, p.27) destaca que “a cidade torna-se expressão materializada da atuação da sociedade no espaço geográfico, através de um ambiente físico construído”.

Assim, a criação da paisagem campista materializou as desigualdades sociais, marcando no território a síntese das relações de dominação patriarcal que extrapolaram os limites internos dos engenhos e se concretizaram na construção física e social da cidade. A economia do açúcar e o poder político dela oriundo moldaram uma sociedade desigual, com repercussões até os dias atuais.

2.2 A Inserção do Modo de Produção Capitalista, os Empresários e as Relações Clientelistas

Na virada do século XIX para o XX o cenário se modificou. O setor sucroalcooleiro entrou em declínio, exigindo uma mudança no mecanismo de produção. De acordo com Faria (2008, p.49), “o açúcar brasileiro estava em crise por causa da concorrência estrangeira que oferecia muito mais vantagens em qualidade e preço”. Além disso, a abolição da escravatura demandou a reestruturação do sistema produtivo, com a modernização da produção e a transformação dos antigos engenhos nas grandes usinas. Surge assim uma nova figura na cena campista, convertendo-se o antigo “senhor do engenho” no “empresário usineiro”, como descrevem Gantos e Souza Francisco (2006, s/p):

O usineiro enquanto industrial do açúcar, representava uma figura social de grande envergadura e prestígio, um verdadeiro “*homem benemérito*”. Surgido como o sucessor natural dos “Senhores de Engenho”, a identidade moderna do usineiro começou-se a prefigurar no final do século XIX, isto é, num momento de transição em que a escravidão já havia sido abolida no Brasil. Dessa forma, diferentemente do Senhor de Engenho escravocrata, o usineiro -embora participe mental dos valores do patriarcalismo agrário - aparece na cena conjuntamente com o trabalhador livre assalariado e se consolida rapidamente como “o modelo” de empresário capitalista da região.

Um empresário-coronel que como descreve José Candido de Carvalho já não era proprietário de escravos a moda antiga, mas dono de grandes extensões (“propriedades”) de terra e de indústrias de açúcar e de álcool com uma capacidade produtiva jamais imaginada por aqueles que o antecederam.

De acordo com os teóricos franceses Boltanski e Chiapello (2009, p.49), essa mudança marca a presença do *primeiro espírito capitalista*, caracterizado por centrar-se na figura do *burguês empreendedor* e na descrição dos valores burgueses, tais como “a família e o patrimônio, com uma forte crença no progresso, no futuro, na ciência, na técnica e nos benefícios da indústria”.

Em que pese os autores investigarem uma realidade muito distante da local, debruçando-se sobre o contexto francês, localizado no centro do sistema capitalista, é relevante citá-los para localizarmos a cidade de Campos no processo de produção capitalista e acompanhemos o seu desenvolvimento nesse sistema, sobretudo como o processo preservou certas especificidades que possuem relação direta com a história regional e a formação social.

Observamos que a transição capitalista ocorrida na cidade de Campos possuiu múltiplas relações em caráter global e local. De acordo com Swyngedouw (1997, s/p, tradução nossa), “(...) o local e o global estão profundamente interligados (...) o local e o global são mutuamente constituídos, ou assim o parece”. Tanto é aparente essa relação que, mesmo com a chegada do modelo de produção industrial, já estabelecido em outros países, a modernização capitalista no contexto brasileiro teve suas particularidades, como aponta o sociólogo Francisco de Oliveira (*apud* SOUZA, 2004, p.22):

A modernização do Brasil se deu através da expansão capitalista, mas aqui não se seguiu o modelo “clássico” dos países desenvolvidos, onde o setor estratégico modernizado, organizado sob novas relações capitalistas de produção, “*tende a ‘exportar-se’ para o restante da economia*”. No Brasil, e esta é sua “*especificidade particular*”, o setor estratégico modernizado, a indústria, tende a “*perpetuar as relações não-capitalistas na agricultura*” como forma e meio de sustentá-lo e garantir sua reprodução.

Nesse cenário de *modernização brasileira*, a cidade foi transformada e dotada com os símbolos do progresso, no entanto sem modificar a estrutura de profunda desigualdade das relações sociais. Dessa forma, o novo poder econômico que se desenvolvia localmente conservou as antigas práticas de controle social, peculiares do mundo agrário patriarcal, mas se assentando sobre as novas bases de produção do mundo capitalista (GANTOS; SOUZA FRANCISCO, 2006, s/p).

A partir dos anos de 1950, o setor sucroalcooleiro da região começou a apresentar sinais de uma nova crise. São Paulo conquistava espaço nos mercados nacionais e internacionais e se destacava como o maior produtor de açúcar nacional. Gradativamente, a produção campista perdia o seu espaço no mercado e seu dinamismo, por consequência da “defasagem tecnológica, da gestão ineficiente dos recursos produtivos e da baixa

produtividade das lavouras de cana do Norte Fluminense” (CARVALHO; SILVA, 2004, p.64-66). Seguem-se a diminuição da produção na década de 70 e um colapso do setor nas décadas de 80 e 90, o que gerou o fechamento de diversas usinas e o desemprego de parcela da população (CARVALHO; SILVA, 2004, p.64-66).

O passado de opulência marcado pela indústria sucroalcooleira tornou-se *rugosidade*, conceito descrito por Santos como o “que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (2006, p.92). Tais marcas “(...) trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (SANTOS, 2006, p.92).

Santos acrescenta que “a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho, que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas” (2006, p.92). Compreender tais materializações esclarece o que John Stuart Mill, citado por Santos, chamou de “escravidão das circunstâncias anteriores” (2006, p.92), resquício dos tempos passados que “não se pode deixar de levar em conta, já que tem um papel na localização dos eventos atuais” (2006, p.92).

A decadência do setor sucroalcooleiro representou o fim de um ciclo hegemônico e a mudança nas relações econômicas e políticas na cidade. A redução da atividade das usinas e engenhos de açúcar ocorreu num período muito próximo à descoberta de petróleo na Bacia de Campos e à instalação da Petrobrás na cidade de Macaé. Porém, as marcas físicas e culturais construídas durante os anos de baronato do açúcar caracterizaram a formação da sociedade de forma decisiva, construindo uma grande cisão e discrepância social que nem mesmo a reestruturação produtiva foi capaz de reverter.

2.3 A Petrobrás, os Excluídos e a Política Clientelista Moderna

A chegada da Petrobrás e a transformação por ela trazida fez parte de um momento histórico inserido em contexto não só local, mas também nacional e mundial. Segundo Ramos (2016, p.65):

Todo esse processo de pesquisa que levou à descoberta da Bacia de Campos está inserido em um projeto nacional muito mais amplo que diz respeito à inserção do Brasil em um novo momento do sistema capitalista que desponta nos países centrais e que faz parte de um novo período econômico em escala mundial. A partir desse momento (anos 1970), ainda levará alguns anos para que o Brasil apresente as principais transformações impulsionadas por esse novo período do capitalismo, mas há que se considerar desde então os esforços nacionais e de outras escalas de administração e governo na tentativa de acompanhar a locomotiva puxada pelos países centrais.

Esse momento histórico marca uma nova fase nas relações capitalistas para a cidade, em muito se assemelhando à segunda caracterização do *espírito do capitalismo*,

descrita pelos teóricos Boltanski e Chiapello como “centrada no desenvolvimento, no início do século XX, da grande empresa industrial centralizada e burocratizada, fascinada pelo gigantismo” (2009, p.51). Mais uma vez fica ressaltado que tais autores, em suas análises sobre o sistema capitalista no contexto francês, relacionam o desenvolvimento deste momento às décadas de 30 e 60. No âmbito de Campos dos Goytacazes, torna-se possível verificar tal mudança na lógica de produção local a partir da inserção da Petrobrás na cidade, que ocorreu por volta da década de 1970.

A chegada da Petrobrás, de suas subsidiárias e de empresas terceirizadas proporcionou o surgimento de uma maior demanda por serviços e atividades indiretas relacionadas ao setor petrolífero, dinamizando a economia e gerando uma grande transformação no município. O desenvolvimento da atividade petrolífera gerou uma forte onda migratória e uma grande circulação de pessoas vindas de todas as regiões do Brasil, bem como de outros países, em busca do elevado número de oportunidades que a região oferecia. A cidade de Campos passou a receber um elevado valor pelos repasses dos *royalties*, vendo a receita municipal aumentar de forma significativa. Houve também o chamado “efeito multiplicador”, beneficiando outros setores locais, a exemplo da construção civil (PIQUET; TAVARES; PESSÔA, 2017, p.209).

Entretanto, os diversos empregos gerados não incorporaram nem beneficiaram diretamente os grupos historicamente excluídos de Campos. Como explica Cruz, “(...) as dezenas de milhares de empregos gerados pelo petróleo não foram acessíveis à multidão dos ‘deserdados da cana’, que vieram a configurar grande parte, à guisa de exemplo, das mais de 30 mil famílias de Campos assistidas pelo Bolsa Família (MDS, 2015)” (2018, p.3).

O surgimento das novas atividades proporcionou “a transição de uma sociedade de base agrária (canaviais) e agroindustrial (usinas do setor sucroalcooleiro) para uma sociedade predominantemente urbana e industrial” (RAMOS, 2016, p.66). Dessa forma, inicia-se uma grande transformação econômica e política, mas ainda com fortes marcas de desnível social e grande discrepância de renda. De acordo com Cruz (*apud* AZEREDO, 2008, p.41):

A exploração de petróleo na Bacia de Campos passou a canalizar recursos financeiros para as administrações municipais, na década de 1980. Deste modo, um novo bloco de poder teria assumido a hegemonia político-administrativa na maior parte dos municípios da região, contrapondo-se ao bloco tradicional associado às antigas oligarquias do setor canavieiro, sem, no entanto, garantir as condições para a distribuição da riqueza.

O poder político exercido tradicionalmente pelas antigas elites do açúcar é substituído a partir de 1988 “por um enorme clientelismo montado a partir da inviabilidade eleitoral das antigas formas de dominação pessoal e do vultoso montante de recursos orçamentários possível com o advento dos *royalties* do petróleo” (FRANCO, *apud* AZEREDO, 2008, p.49). O novo período é marcado por um modelo *clientelista moderno*, como descreve Souza

(2004, p.30):

(...) se o clientelismo moderno se diferencia do tradicional por substituir os antigos laços de lealdade pessoal pela oferta de benefícios materiais, isso não significa que, em sua lógica operatória, apenas sejam manipulados bens materiais. Longe disso, um dos elementos fundamentais de uma relação clientelista é a capacidade de disseminação da crença de benefícios futuros, ou seja, é preciso manter na clientela a esperança de novos e futuros benefícios, com propósito de garantir a estabilidade da relação.

Prosegue Souza (2004, p.30), discorrendo que “as relações clientelísticas tendem a se instaurar onde encontram condições propícias para tal, isto é, em relações ou contextos assimétricos, hierarquizados e verticais”. Referido autor (2004, p.31) assevera que “as relações são verticais porque privilegiam relações pessoais de lealdade e reciprocidade entre o cliente e o *patronus* e ‘*não a identificação entre pares, associados para a consecução de fins comuns*’ (Diniz, 1982, p. 40, grifo do autor)”.

A política populista de ações com pouco caráter transformador serviu apenas à manutenção da lógica de dominação e perpetuação das antigas relações. Mesmo o elevado montante de *royalties* que o município recebeu nos últimos anos foi incapaz de reverter a herança de disparidade social. Azeredo destaca que os indicadores socioeconômicos “revelam a persistência de um quadro marcado pelas grandes desigualdades na distribuição da renda, alta concentração da propriedade da terra, e por índices precários de qualidade da vida e bem-estar da população” (2008, p.41).

Para ilustrar a desigualdade dos nossos dias atuais, apresentaremos brevemente o trabalho realizado por Ramos (2016). A autora comparou a situação do IDH-M/PNDU (Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) da cidade de São Caetano do Sul (SP), cujo IDH-M foi o maior do país no ano de 2014, com o de Campos. Ambos os municípios possuíam uma receita *per capita* bastante semelhante em tal período, tendo São Caetano do Sul arrecadado R\$ 5.400,00 por habitante e Campos, R\$ 5.000,00 por habitante. Porém, São Caetano do Sul obteve o primeiro lugar neste ranking e Campos ficou na 1.427ª posição. A conclusão que podemos extrair de tal estudo é que o incremento de renda, por si só, não basta para garantir uma melhor distribuição de renda e qualidade de vida para os cidadãos. Essa conclusão pode ser corroborada pelo relatório divulgado pelo IBGE, no ano de 2010, segundo o qual o perfil da população de Campos era de “apenas 5,07% ganhavam acima de cinco salários mínimos, 40% não tinham rendimento algum e 44,8% ganhavam até dois salários mínimos” (RAMOS, 2016, p.76). Constata-se assim que a cidade de Campos é fortemente marcada pela concentração de renda, fato que inviabiliza um IDH-M mais bem ranqueado e uma sociedade mais justa e igualitária.

De acordo com Santos (2006, p.91), “(...) em cada qual dos seus momentos, o processo social envolve uma redistribuição dos seus fatores. E essa redistribuição não

é indiferente às condições preexistentes, isto é, às formas herdadas, provenientes de momentos anteriores”. O autor nos traz o conceito de *prático-inerte*, que seria “a prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas” (2006, p.91). Ainda segundo Santos (2006, p.91):

Em cada qual dos seus momentos, o processo social envolve uma redistribuição dos seus fatores. E essa redistribuição não é indiferente às condições preexistentes, isto é, às formas herdadas, provenientes de momentos anteriores. As formas naturais e o meio ambiente construído incluem-se entre essas formas herdadas.

Portanto, numa cidade cujo contexto histórico é marcado por uma forte herança de desigualdade e “fragmentação do tecido sociopolítico-espacial” (SOUZA *apud* RAMOS, 2016, p.72), atingir a justiça social e o desenvolvimento local – entendido não na acepção economicista, mas no sentido de desenvolvimento político e social – é, todavia, uma realidade a ser conquistada.

3 | O ATUAL CENÁRIO LOCAL E A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

A extração de petróleo foi a principal atividade econômica no Norte Fluminense nos últimos trinta anos, chegando esta região a ser responsável por 82,5% da produção petrolífera nacional (HONORATO, 2008, p.555). A contribuição oriunda de tal atividade arrecadada durante esse período representou uma importante fonte de receita para os orçamentos municipais. No ano de 2013, por exemplo, 54,2% do orçamento da cidade de Campos dos Goytacazes foi oriundo de verbas do petróleo (SILVEIRA, A. A. *et al*, 2018). Graças aos empregos gerados, ao valor recebido pelos *royalties* e ao florescimento do setor relacionado aos serviços, a cidade de Campos dos Goytacazes teve um período de intenso crescimento econômico.

Entretanto, desde 2014 vivemos uma retração econômica devido à desvalorização do preço do petróleo no cenário mundial. Segundo informações do Nexo Jornal (2016), o valor do preço do barril do petróleo reduziu drasticamente de mais US\$ 130.00, em 2008, para algo próximo a US\$ 30.00 em 2016. Somado a isso, outros fatores, tais como as recentes descobertas de bacias em países estrangeiros e a *hibernação* ou suspensão de produção de algumas plataformas brasileiras, situadas em poços mais antigos, maduros e menos produtivos, também impactaram a arrecadação de valores recebidos pela atividade petrolífera na região (gráfico 1).

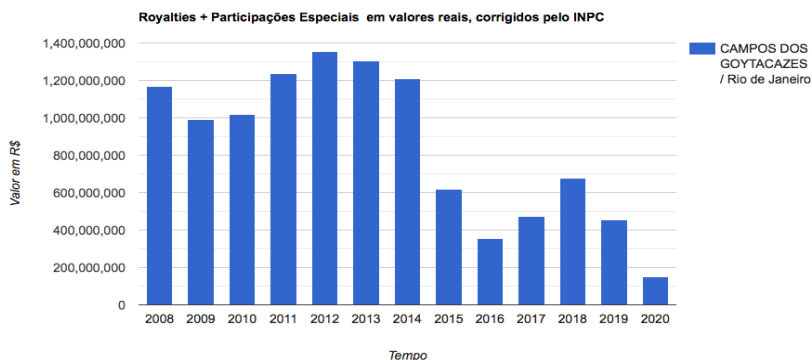


Gráfico 1: Valores de royalties e participações especiais em valores reais, corrigidos de INPC, recebidos por Campos dos Goytacazes no período entre 2008 e 2020

Fonte: Info Royalties, 2020

À diminuição de receita advinda dos *royalties* do petróleo acrescenta-se o elevado índice de desemprego que a região vem enfrentando, devido ao fechamento de postos de trabalhos relacionados direta e indiretamente à economia do petróleo. Segundo Piquet, Tavares e Pessôa (2017, p.214):

No caso da Região Norte Fluminense, profundamente dependente das rendas oriundas do petróleo, o efeito da crise desse setor se faz sentir duplamente. Por um lado, reduz o número de empregos e a demanda agregada gerada por seus trabalhadores. Por outro, também afeta negativamente a economia regional pela via da diminuição no recebimento de *royalties* e participações especiais por parte dos municípios da região, limitando severamente os gastos públicos e, até mesmo, ameaçando o equilíbrio financeiro dos mesmos. Assim, o estoque de empregos relacionado ao setor público também passa por uma trajetória descendente. Tendo em vista o peso considerável da indústria de petróleo e da administração pública na economia regional, os demais setores da economia não poderiam passar incólumes por tamanha queda. Além disso, a economia brasileira vem atravessando, desde 2015, uma forte queda das atividades econômicas em âmbito nacional, o que também influenciou os resultados negativos na região.

Conforme estudo realizado em 2018 pela FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), divulgado pelo jornal Clique Diário (2018), o Norte Fluminense foi a região mais afetada pela crise que atingiu o Estado do Rio de Janeiro a partir de 2014, apontando-se que, “nos últimos 3 anos, o Norte Fluminense fechou mais de 52 mil vagas, estando atualmente com um mercado de trabalho quase 20% menor que em 2014, ano em que estourou a crise internacional do petróleo (...)”. Como saída para as atuais dificuldades, sugere Cruz (2015, p. 4-5):

Cabe à iniciativa local e regional trazer à luz e colocar nas agendas de maior amplitude o problema do desenvolvimento do território mais afetado pela dependência à economia do petróleo, situando nesse marco mais amplo as questões emergenciais e de curto prazo (...) É preciso construir um diagnóstico que contemple os amplos interesses dos segmentos sociais, regionais e um esforço conjunto, amplo, participativo, de articulação de caminhos de superação da crise e de construção de um futuro sustentável.

Porém, o que temos vivenciado é a “trágica junção da falta de planejamento e de ação pública de enfrentamento e ciente desses impactos, como a amplamente denunciada malversação dos recursos bilionários das rendas petrolíferas” (CRUZ, 2015, p.4). As ações justificadas pelo discurso de crise promovem o *regionalismo* e as respostas da atual gestão municipal penalizam especialmente a parcela da população que já está em situação de vulnerabilidade social. Estão sendo encerrados os poucos programas sociais que amparavam aqueles não contemplados pela geração de emprego e renda oriunda dos ciclos econômicos anteriores, intensificando a situação de pobreza e a falta de justiça social advindas do processo histórico local.

O declínio das políticas públicas sociais na cidade de Campos pode ser relacionado às atuais políticas neoliberais, sob as quais o Estado deixa de intervir nos rumos do processo de acumulação e o mercado dita a política de emprego e renda. A respeito, explica Cruz (2003, p.29):

Contrapondo, ideologicamente, o “livre mercado” ao Estado interventor, às políticas sociais e ao controle social, a ideologia neoliberal impôs a ideia de desregulamentação do espaço público, ou do controle social; das relações de trabalho; da concorrência intercapitalista; e do fluxo de capitais e mercadorias, igualando os desiguais, ao colocar lado a lado os que possuem capital, poder de investimento e capacidade monopolística ou oligopolística sobre a inovação tecnológica e o mercado, e aqueles que possuem somente a força de trabalho ou pequenos montantes de capital (...) Acabaram-se as políticas de desenvolvimento social e territorial, ou regional. Os capitais voláteis e as grandes corporações, premidas pela escalada tecnológica, ditam a forma, o ritmo e os rumos da acumulação. As políticas de emprego e renda, antes atreladas a estratégias de desenvolvimento, passam agora a ser compensatórias, no terreno da ação social focal, emergencial, dirigidas aos excluídos, ou à população de risco. Baseiam-se na premissa de que sua clientela são os perdedores.

David Harvey, ao definir o neoliberalismo em entrevista ao site da Boitempo (2018), explica que “sempre que você encontrasse um conflito entre o capital e o bem-estar das pessoas, você escolheria o capital”, conduzindo assim à “redefinição de cidadania tal que um bom cidadão é um cidadão sem necessidades. Então, qualquer cidadão com necessidades é uma pessoa ruim”. Tal política gera impactos devastadores em uma sociedade que não conseguiu superar as consequências da desigualdade social, como diz Telles (1994, p.45):

A exclusão não é novidade nesse país: está ancorada numa tradição de sólidas raízes históricas. No entanto, é problema que ganha nova dimensão diante as transformações em curso que apontam os riscos de uma dualização da sociedade, dividida entre ilhas de modernidade e uma maioria sem lugar. No Brasil, o chamado discurso neoliberal tenta a espantosa façanha de conferir título de modernidade ao que há de mais atrasado na sociedade brasileira: um privatismo selvagem e predatório, que faz do interesse privado a medida de todas as coisas, negando a alteridade e obstruindo, por isso mesmo, a dimensão ética da vida social através da recusa de um sentido de responsabilidade pública e obrigação social.

O sistema capitalista se reestruturou mundialmente e hoje vivenciamos o seu *terceiro espírito*, caracterizado pelos teóricos Boltanski e Chiapello (2009, p.19) pela “coexistência entre a degradação da situação econômica e social de um número crescente de pessoas e um capitalismo em plena expansão e profundamente transformado”. Há forte tendência às transações especulativas e financeirizadas em detrimento do investimento industrial e produtivo, com elevação das taxas de desemprego, flexibilização e precarização do trabalho, além do aumento da concentração de renda.

Em um contexto marcado pela exclusão, no qual os ganhos sociais foram poucos e quase sempre relacionados a políticas populistas, a reestruturação do capitalismo e a crise pela qual o município de Campos vem passando prejudicam a qualidade de vida da população. Com efeito, o ganho econômico advindo da atividade petrolífera não diminuiu as assimetrias nas relações sociais locais nem trouxe desenvolvimento regional no seu sentido mais amplo e completo, como trazido por Souza (*apud* RAMOS, 2016, p.70):

Não se faz referência, aqui, ao desenvolvimento apenas do espaço social (situação em que a grafia deveria ser socioespacial), mas à transformação das relações sociais e do espaço social. Para o autor desse texto, o desenvolvimento, isto é, o processo (aberto, não predeterminado, ainda que animado por valores e por vontades conscientes) de mudança para melhor, é uma incessante busca por mais justiça social e qualidade de vida sobre a base da autonomia individual e coletiva.

Ao analisarmos o processo de acumulação econômica ocorrido em Campos, percebemos que o Estado foi incapaz de promover uma justiça social e de incorporar ao processo capitalista certos grupos historicamente excluídos. O desenvolvimento econômico por si só foi insuficiente para promover o desenvolvimento social. Tal fato comprova que sem um Estado que garanta uma equilibrada divisão dos ganhos econômicos, por meio de políticas públicas engajadas com a melhora de vida de todos, não é possível alcançar uma sociedade mais democrática.

A construção de uma sociedade mais justa e equilibrada é urgente e, para alcançar esse objetivo, precisamos lutar por uma efetiva justiça social que atinja a todos de maneira ampla e plena, e não somente por meio de pequenas conquistas sociais. Nesse sentido, explica Ramos (2016, p.71):

A busca por justiça social significa buscar aquilo que conduz ao bem-estar. Uma bela paisagem, a possibilidade de dormir sem preocupação com segurança física de sua família, o direito de ir e vir, a perspectiva de desfrutar de um dia de lazer em um espaço público agradável, a qualidade da educação recebida pelos filhos, a saúde (própria e da família) e, especialmente, a liberdade. Esses são todos elementos que qualificam a vida de um indivíduo e da coletividade e que não estão, ou não deveriam estar condicionados necessária ou diretamente por sua situação econômica e de renda, mas pelo grau de desenvolvimento urbano alcançado por uma dada sociedade em um dado momento histórico.

Nesse cenário emerge a importância dos espaços públicos como locais de “publicização dos conflitos” (TELLES, 1994), que sirvam de palco para a renovação da esperança em uma sociedade mais justa e promoção da cidadania como realidade possível. Sobre o tema, alerta Telles (1994, p.44):

A conquista do espaço público e a descoberta do sentido da ação coletiva na sua capacidade de alterar o “já dado” e descortinar horizontes possíveis, vem sendo minada por uma desesperança crescente alimentada por uma crise econômica e devastadora que destrói projetos, desorganiza formas de vida e parece destituir o futuro de qualquer significado positivo.

Para que as políticas públicas sejam capazes de atender tantas demandas criadas ao longo do desigual processo de acumulação local, é preciso que a negociação entre os distintos grupos seja fortalecida. Para isso, faz-se necessária “a construção de espaços públicos que confirmem legitimidade aos conflitos e nos quais a medida da igualdade e da justiça venha a ser objeto de debate e de uma permanente e sempre aberta negociação” (TELLES, 1994, p.48). A falta de espaços comuns, que possibilitem vínculos de pertencimento, é traduzida “na dificuldade de formular os dramas cotidianos (individuais e coletivos) na linguagem pública dos direitos” (TELLES, 1994, p.45).

Trata-se de buscar a renovação da interface entre Estado e sociedade e do léxico da argumentação, permitindo a “negociação democrática das regras da equidade nos usos dos recursos públicos dos quais dependem economia e sociedade” (TELLES, 1994, p.49). Para tanto, os espaços públicos revelam-se centrais, pois possibilitam “tornar a gestão da coisa pública permeável às demandas, aspirações e temas emergentes da sociedade civil, retirando do Estado o monopólio exclusivo na definição de uma agenda de prioridades e problemas pertinentes à vida em sociedade” (TELLES, 1994, p.50).

A necessidade de estabelecer uma nova narrativa política na qual a participação popular substitua as antigas práticas coronelistas e populistas é de suma importância para a consolidação de uma sociedade mais equilibrada. Possibilitar-se-á, assim, a criação de uma rede “associativa tão ampla quanto plural, multifacetada e descentralizada” (TELLES, 1994, p.48), capaz de mapear as demandas e reivindicações diversas de uma população extremamente desigual. Somente com a construção e o fortalecimento dos espaços, símbolos e discursos comuns poderá haver um sentimento de cidadania, na qual o outro

seja reconhecido como um sujeito de direitos, interesses e aspirações legítimas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de desigual acumulação por meio do qual a economia da cidade de Campos dos Goytacazes foi consolidada trouxe assimetrias sociais que são vivenciadas até os dias atuais. As heranças históricas de afastamento físico e emocional entre grupos com condições distintas contribuíram para a criação de uma sociedade fragmentada e uma cidade em total segregação. Nem mesmo a riqueza proveniente do recebimento dos *royalties* – oriundos da próspera bacia de petróleo descoberta na cidade, que fez com que Campos se destacasse na economia nacional – foi capaz de reverter as disparidades sociais arraigadas ao longo dos anos.

Analisando a história da cidade, percebe-se que somente o desenvolvimento econômico, sem políticas públicas eficazes, é insuficiente para melhorar a qualidade de vida dos grupos que sempre estiveram à margem dos ganhos dos processos produtivos locais. A política clientelista, que perpassou as diversas fases econômicas locais, trouxe benefícios imediatistas, incapazes de dotar as pessoas de cidadania e de propiciar-lhes efetiva participação na distribuição de renda e na tomada de decisões políticas. A exploração petrolífera representou novas oportunidades para pessoas de distintas localidades da região, do país e do mundo, mas aqueles que sempre estiveram alheados aos processos econômicos não foram incorporados, estando mais uma vez à parte dos lucros auferidos.

Conclui-se que uma verdadeira alteração do processo de exclusão social passa pela inserção dos cidadãos nas políticas, não somente como receptores, mas como atores. Sem um Estado que possibilite a participação popular, a política se mostra incapaz de representar as distintas demandas locais. Neste contexto, os espaços públicos se apresentam como centrais para a discussão, à medida que nesses espaços possibilitam-se as negociações e o reconhecimento do outro como portador de direitos legítimos. Em uma sociedade construída com bases sociais tão desiguais, a esperança democrática reside no respeito mútuo e na construção de uma nova narrativa na qual todos sejam vistos e estimados como cidadãos.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, Gileno Domingos de. **Os limites da participação consentida: o caso do Plano Diretor Municipal de Campos dos Goytacazes, RJ.** 2008. 116f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro. Campos, RJ. 2008.

BOLTANSKI, Luz; CHIAPELLO, Eve. **O novo espírito do capitalismo.** Tradução: Ivone C. Benedetti. 1 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BLOG DA BOITEMPO. **David Harvey**: o capitalismo da servidão por dívida. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2018/08/29/david-harvey-o-capitalismo-da-servidao-por-divida/>>. Acesso em: 01 set. 2018.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria política**. (equipe de trad. PUCAMP) 2a ed. Campinas: Papyrus, 1988.

CARVALHO, Ailton Mota De; SILVA, Roberto Cezar Rosendo Saraiva Da. Formação econômica da Região Norte Fluminense. In: PESSANHA, Roberto de Moraes; NETO, Romeu Silva. **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense**: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes: WTC Editora, 2004. 364 p.

CLIQUEDIÁRIO. **Estudo da firjan revela que a região norte fluminense é a mais atingida pela crise do estado**. Disponível em: <<https://cliquediario.com.br/politica/estudo-da-firjan-revela-que-a-regiao-norte-fluminense-e-a-mais-atingida-pela-crise-do-estado>>. Acesso em: 01 set. 2018.

CRUZ, José Luis Vianna da. **Emprego, crescimento e desenvolvimento econômico**: notas sobre um caso regional. Boletim Técnico do Senac, v. 29, n. 1, p. 28-39, jan/abril 2003.

_____ **Que crise é essa? A queda na arrecadação das rendas petrolíferas nos municípios da região produtora do estado do rio de janeiro**. Boletim Petróleo, Royalties e Região, Campos dos Goytacazes, ano XII, n. 48, p. 2-5, jun. 2015.

FARIA, Teresa Peixoto. **Campos dos Goytacazes nos anos 1870-1880**: a modernização brasileira e o “mundo cidadão”. Revista do PPGPS / UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 2, n. 2, p. 40-64, mai./set. 2008

FREITAS, Kéila Pirovani Da Silva. **Produção e apropriação do espaço urbano de Campos dos Goytacazes – RJ**: da residência unifamiliar aos edifícios de apartamentos. 2011. 150f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes - RJ, jul. 2011.

GANTOS, Marcelo Carlos; SOUZA FRANCISCO, Quésia de. **De usinas e usineiros**: um ensaio sobre a decadência de uma cultura (Campos dos Goytacazes, 1930-2000). In: XVIII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 18., 2006, Assis – SP. Anais. Assis: UNESP, 2006.

HONORATO, Filipe F. **Riqueza e exclusão**: o impacto dos royalties do petróleo na expansão da miséria na Região Norte Fluminense. In: La economía política de la pobreza / Alberto Cimadamore (comp.) Buenos Aires: CLACSO, 2008.

INFO ROYALTIES. Disponível em: <<https://inforoyalties.ucam-campos.br/informativo.php>>. Acessado em: 02 de setembro de 2020.

NEXO JORNAL. **Um histórico visual da queda do preço do petróleo**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/01/18/um-historico-visual-da-queda-do-preco-do-petroleo>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

PARANHOS, Paulo. **O açúcar no Norte Fluminense**. *Histórica*: revista online do arquivo público do estado de São Paulo, São Paulo, ano 2, n. 8, p. 1-10, mar. 2006.

PIQUET, Rosélia; TAVARES, Érica; PESSÔA, João Monteiro. **Emprego no setor petrolífero: dinâmica econômica e trabalho no norte fluminense.** Cad. metrop., São paulo, v. 19, n. 38, p. 201-224, jan./abr. 2017.

RAMOS, Tatiana Tramontani. **Crescimento econômico e desenvolvimento sócio-espacial em campos dos goytacazes.** Geo uerj, Rio de janeiro, n. 29, p. 63-88, 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4 ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANZ, Jasmine Andrade. **Ressignificação da Ponte João Barcelos Martins por meio da criação de Parque Urbano Linear.** 2017. 128f. Monografia (Arquitetura e Urbanismo) - Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2017.

_____. **Ambiências, usos e sentidos de um espaço público: a Praça São Salvador em Campos dos Goytacazes.** 2019. 104f. Dissertação (Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas) – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2019.

SOUZA, Renato Barreto De. **Clientelismo e voto em Campos dos Goytacazes.** 2004. 131f. Dissertação (Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, abr. 2004.

SILVEIRA, A. A. et al. **Rendas petrolíferas, do auge à crise: os efeitos nos orçamentos públicos e na renda per capita dos municípios produtores do estado do Rio de Janeiro.** Boletim petróleo, royalties e região, Campos dos Goytacazes, RJ, ano XVI, n°. 60, p. 6-13, 2018.

SWYNGEDOUW, Erik. Neither Global nor Local. “Glocalization” and the Politics of Scale. In: COX, Kevin **Spaces of Globalization: Reasserting the Power of the Local.** New York, London, Guilford Publications, 1997.

TELLES, Vera. **Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos.** In: VILLAS-BÔAS, Renata (org.). Participação popular nos governos locais. São Paulo, Publicações PÓLIS, 1994.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 110, 111, 112, 114, 115, 116, 121, 122, 123, 124, 125, 147, 148, 149

Adobe 26, 27, 30, 31, 32, 34, 35, 65, 66, 71, 72, 76, 77

Agrofloresta 94, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 108, 109

B

Bambu 94, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108

Bioconstrução 94, 100, 108

C

Calefação Solar 65, 66, 74

Caminhar 113, 143, 144, 146, 147, 151, 153, 154, 155, 156, 157

Centros históricos brasileiros 10, 1

D

Desigualdade social 126, 128, 137

E

Espaços Públicos 11, 11, 110, 111, 112, 113, 114, 120, 123, 124, 126, 127, 135, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 157, 159

Estratégia bioclimática 10, 79, 80

Exercício da cidadania 110, 114, 124

F

Filtro Automotivo 10, 79, 81, 87, 88, 89, 90, 91

G

Geobiologia 65, 66, 67, 78

I

Intervenção 10, 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 21, 22, 23, 25, 53, 63, 145, 152

Intervenções Urbanas 1, 2, 16, 159

J

Jardim vertical 10, 79, 81, 90, 91, 92

M

Maceió 10, 40, 41, 42, 43, 44, 49, 50, 51, 52

Memória Ferroviária 53, 62

Metrópoles 156, 160, 163

Modelos de administração 160

N

Núcleos operários 40

P

Participação popular 11, 126, 139, 140, 142

Patrimônio 9, 10, 1, 4, 7, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 34, 36, 37, 38, 40, 50, 51, 59, 61, 63, 131, 159

Patrimônio Histórico 10, 1, 4, 7, 16, 18, 22, 23, 24, 26, 27, 34, 36, 37, 38, 51

Patrimônio industrial 40, 51

Pedestre 11, 3, 143, 147, 151, 154, 155

Permacultura 94, 98, 104, 108, 109

Políticas institucionais 160

Preservação 9, 1, 4, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 36, 37, 38, 50, 51, 54, 63, 103, 109

Processos econômicos 126, 127, 128, 140

R

Revitalização e reabilitação 10, 53, 54, 62

Rio de Janeiro 11, 16, 24, 39, 52, 54, 55, 56, 61, 78, 92, 128, 130, 136, 141, 142, 144, 147, 155, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171

S

Sustentabilidade 10, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 79, 109, 153, 160, 161, 163, 164, 169, 170

T

Terra 30, 33, 52, 65, 66, 70, 71, 72, 73, 77, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 119, 129, 131, 134, 155, 171

Transeunte 11, 143, 149, 155

U

Usina de Creosotagem 10, 53, 54, 59, 60, 61, 62

V

Vidro Termorregulador 65

Arquitetura e Urbanismo: Soluções Precedentes e Aplicáveis a Problemas Atuais

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

Arquitetura e Urbanismo: Soluções Precedentes e Aplicáveis a Problemas Atuais

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020